

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.778 - RS (2019/0162861-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : VANDERLEIA FONSECA DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : CLEBERSON CABRAL - RS0104737
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por VANDERLEIA FONSECA DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no HC n.º 0107385-36.2019.8.21.7000.

Consta nos autos que a Recorrente foi autuada em flagrante, no dia 22/04/2019, pela suposta prática do delito de tráfico de drogas, porque portava 130 (cento e trinta) buchas de cocaína.

Homologado o flagrante, foi convertido em prisão preventiva.

A Defesa impetrou prévio *writ*, pugnando pela revogação da custódia cautelar, cuja ordem foi denegada (fls. 161-177).

No presente recurso, a Insurgente alega que "*não há um único fundamento tratando do caso concreto, com única exceção da fria descrição da gravidade do fato e a possibilidade de reiteração delituesa, que tampouco possuem, per si, capacidade para impor a prisão preventiva*" (fls. 190-191).

Destaca que é primária, possui residência fixa e que, "*na decisão impugnada, inexistem elementos reais e concretos a demonstrar o periculum libertatis consistente em risco à garantia de aplicação à Lei Penal [...]*" (fl. 193).

Aponta a necessidade de substituição da prisão preventiva pela domiciliar, nos termos do art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal, uma vez que possui um filho menor de 12 (doze) anos de idade.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia preventiva, com a substituição por medidas cautelares alternativas, ou sua conversão em prisão domiciliar.

É o relatório inicial.

Passo à análise do pedido urgente.

A decretação ou a manutenção da prisão preventiva depende da configuração objetiva de um ou mais dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. Para isso, o julgador deve consignar, expressamente, elementos reais e concretos indicadores de que o indiciado ou acusado, solto, colocará em risco a ordem pública ou econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

Na hipótese, o Juízo de primeiro grau, ao decretar a segregação cautelar da Recorrente, apresentou as seguintes razões (fls. 127-128; sem grifos no original.):

"[...]

Pelo auto de prisão em flagrante, configurada a situação de flagrância, visto que a guarnição da Brigada Militar, por ocasião de verificação e abordagem no endereço das flagradas, apreendeu drogas com as mesmas. Segundo relato do condutor do APF, o Policial Militar PABLO PERES SILVEIRA, a guarnição possuía informações de que um indivíduo conhecido por Marion e sua companheira Vanderleia Fonseca da Silva estariam distribuindo drogas nos bairros Reolon e Mariani, utilizando o veículo VW/Gol, placas IJQ2F82. Deslocaram-se até o endereço da residência de Vanderleia, na Rua Carolina Amancia Soares, nº 181, fundos, Bairro Reolon, e avistaram o referido veículo estacionado em via pública, com os vidros abertos e os faróis ligados. E no interior do carro o RG de Carlos Marion Costa. Enquanto a soldado Juliana batia no portão de acesso à residência de Vanderleia, o depoente observou, da esquina, que Vanderleia havia jogado para a rua transversal, através da porta da casa, uma sacola branca contendo objetos. A sacola foi apreendida e verificado que em seu interior haviam 130 (cento e trinta) buchas de cocaína. Vanderleia informou que havia recebido a droga de Estefani, moradora próxima. A soldado Juliana e o soldado Magnum foram até a residência de Estefani Rocha da Silva, localizada na Rua Darcy Dalagnol, 158, Bairro Reolon, nesta Cidade.

Estefani entregou à guarnição dois pacotes plásticos contendo 164 (cento e sessenta e quatro) buchas de cocaína e certa quantia em dinheiro. Segundo relato de Estefani, teria recebido a droga de Vanderleia para venda. Na oportunidade, foi dada voz de prisão a ambas que foram conduzidas até a Delegacia de Polícia. O veículo foi apreendido. Tendo em vista que na residência de Estefani encontravam-se quatro crianças, foi contatada a Conselheira Tutelar Daiane da Cruz para a entrega das mesmas. Foi verificado, ainda, que havia mandado de prisão expedido pela 4ª Vara Crime contra a flagrada Estefani Rocha da Silva por descumprimento de prisão domiciliar anteriormente concedido, visto que responde por crime de mesma espécie em tramitação naquela vara criminal. Nesse contexto, o laudo de constatação da natureza da substância, com confirmação para cocaína; auto de apreensão, associado aos depoimentos prestados pelas testemunhas e condutor são indicativos suficientes de materialidade e de

autoria.

Além do que, atendidos os pressupostos constitucionais e legais, com a entrega da nota de culpa, oitiva do condutor, testemunhas e interrogatório das flagradas; também feita comunicação às pessoas indicadas pelas indiciadas, imperativa a homologação do flagrante. Após entrevista reservada com o Dr. Cleverson Cabral, OAB/RS 104.737, as flagradas foram ouvidas perante a Autoridade Policial. Pontuo que legitimada a busca realizada pelos Policias na residência das flagradas, ainda que sem ordem judicial para tanto, ante a situação de flagrância prévia, justificando o ingresso nas moradias, ante a exceção constitucional. ISSO POSTO, HOMOLOGO a prisão em flagrante de ESTEFANI ROCHA DA SILVA e de VANDERLEIA FONSECA DA SILVA.

Quanto à conversão da prisão em preventiva, vejamos:

Dispõe o art. 310 do CPP, com a redação da Lei nº 12.403/2011: Art. 310. Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente: I - relaxar a prisão ilegal; ou II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.

O crime em tese cometido é doloso e punido com pena máxima de reclusão superior a quatro anos, enquadrando-se nas regras do artigo 313, do CPP.

Quanto aos requisitos do art. 312, do CPP, verifico o perigo à ordem pública. Em que pese a primariedade da investigada Vanderleia, existem indícios suficientes de que o endereço desta é utilizado para o tráfico de drogas, haja vista que foram apreendidas 130 buchas de cocaína no local, em poder desta, fracionadas e supostamente prontas para venda. Da mesma forma em relação à investigada Estefani que, além de ser sido apreendido com esta 164 buchas de cocaína, responde ao processo nº 010/2.18.0004493-0, que tramita junto à 4ª Vara Crime, pelo mesmo delito (art. 33, da Lei nº 11.343/2006), inclusive com prisão preventiva decretada por descumprimento de prisão domiciliar. Ou seja, existem fortes indicativos de participação de ambas em crime de repercussão social gravíssima, que envolve o aumento dos crimes patrimoniais pelos usuários e dependentes químicos, além de destruição familiar destes, justificando a reprimenda estatal com vigor.

Assim, presentes os requisitos da prisão preventiva, com amparo no art. 310, II, do CPP, CONVERTO a prisão das segregadas ESTEFANI ROCHA DA SILVA e de VANDERLEIA FONSECA DA SILVA, em prisão preventiva."

O acórdão combatido ratificou a fundamentação utilizada em primeiro grau e manteve a prisão preventiva da Acusada (fls. 169-171; grifos diversos do original):

"Nos termos da legislação vigente, a primeira exigência para a decretação da prisão preventiva é a presença do fummus commissi

delicti. Nessa senda, os elementos constantes do auto de prisão em flagrante revelam que, na ocasião dos fatos, **foram apreendidos em poder da paciente 130 bucinhas de cocaína, com peso aproximado de 32,80 gramas**. O laudo provisório atestou a natureza da droga apreendida.

Outrossim, consta dos autos que os policiais, a partir de informações de que o indivíduo conhecido como Marion e a sua companheira (paciente) distribuíam drogas nos bairros Reolon e Mariani, utilizando um veículo Gol, dirigiram-se até a residência dos investigados e, lá chegando, avistaram o referido automóvel parado, em frente ao imóvel, com as janelas abertas e os faróis ligados, sendo que no interior do carro estava o investigado Carlos Marion Costa, companheiro de Vanderléia. Ato contínuo, os agentes públicos bateram no portão do pátio que dá acesso à residência, ocasião em que um dos policiais visualizou o momento em que a paciente se desfez de uma sacola. Apreendido o objeto, foi constatado que em seu interior havia 130 buchas de cocaína.

Indagada, Vanderléia teria dito, informalmente, que havia recebido a droga de Estefani, moradora próxima. Diante dessa informação, os policiais foram até a casa de Estefani, local em que encontraram 164 buchas de cocaína e certa quantia em dinheiro.

Informalmente, Estefani disse que teria recebido os estupefacientes de Vanderléia, para vender.

Insta salientar, no ponto, que para a decretação da prisão preventiva, a teor do artigo 312 do CPP, não se exige que haja provas sólidas e conclusivas acerca da autoria delitiva (a qual é reservada à condenação criminal), mas apenas indícios suficientes de autoria, o que, na espécie, estão presentes.

Vê-se, então, que o *fumus commissi delicti*, consistente na prova da materialidade e indícios de autoria, está evidenciado.

Quanto ao *periculum libertatis*, nota-se que a medida extrema se mostra necessária, especialmente para a garantia da ordem pública, em razão da periculosidade social do agente, revelada pelas circunstâncias da prisão – informações de que a paciente e o seu companheiro distribuíam drogas pelos bairros Reolon e Mariani –, pela natureza deletéria da droga apreendida – cocaína – e pela quantidade do estupefaciente encontrado com a paciente – 130 buchas de cocaína –, o qual estava pronto para ser comercializado.

Não podemos olvidar, ainda, que atualmente, inúmeras infrações criminais que são praticadas giram em torno do tráfico ilícito de entorpecentes, além do que traficantes de drogas exploram a condição de viciado e dependente químico das pessoas que fazem uso, em alguns casos compulsivos, das substâncias, para, com isso, obter dinheiro e outras vantagens. Deve ser salientado, ainda, quanto às consequências do crime, que as drogas são extremamente nocivas à saúde dos usuários e da população, como um todo, viciam pessoas, muitas vezes acabam com a vida delas, desagregam famílias e incentivam a violência e a prática de infrações penais.

Tais elementos, por certo, quando analisados em conjunto, demonstram um maior desvalor na conduta em tese perpetrada, bem como uma periculosidade concreta da agente, a revelar a indispensabilidade da imposição da medida extrema na hipótese.

Noutro ponto, este órgão fracionário possui entendimento firme no sentido de que a presença de condições pessoais favoráveis, como primariedade, domicílio certo e emprego lícito, por si só, não impede a decretação da prisão preventiva, notadamente se há nos autos elementos suficientes para justificar a cautelar, nem atenta contra o princípio constitucional da presunção de inocência.

De outro lado, estando presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, não é cabível a aplicação das medidas alternativas à prisão, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal. A propósito, extraio o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: '6. É indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando esta encontra-se justificada na gravidade concreta do delito e na periculosidade social do réu, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública' (HC 315.151/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 28/4/2015, DJe de 25/5/2015)."

Como se vê, os fundamentos do decreto construtivo não se mostram, em princípio, desarrazoados, mormente quando destacam a necessidade de garantia da ordem pública, ante a gravidade concreta da prática delitiva, considerando o fato de que o local da apreensão já era alvo de investigações diante das suspeitas de que "[...] *Marion e sua companheira Vanderleia Fonseca da Silva estariam distribuindo drogas nos bairros Reolon e Mariani*" (fl. 127) e de que "*o endereço [da Acusada] é utilizado para o tráfico de drogas, haja vista que foram apreendidas 130 buchas de cocaína no local, em poder desta, fracionadas e supostamente prontas para venda*" (fl. 128).

Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da custódia preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na redação do art. 319 do Código de Processo Penal.

Sobre o pleito relativo à prisão domiciliar, ressalte-se que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC n.º 143.641/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, concedeu ordem coletiva às mulheres presas – gestantes, puérperas e mães de crianças menores de doze anos de idade ou portadoras de necessidades especiais – para a conversão da prisão preventiva por prisão domiciliar, oportunidade em que

excetuou expressamente os casos de crimes praticados mediante violência ou grave ameaça ou em que haja risco de reiteração.

Vale ressaltar ainda que a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal considera legítima a prisão preventiva, a despeito da ordem coletiva concedida no HC n.º 143.641/SP, se "*as peculiaridades do caso desautorizam o benefício pretendido*", conforme se verifica do seguinte julgado:

"Agravamento regimental em habeas corpus. 2. Crimes de roubo, receptação, cárcere privado, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Prisão preventiva. 3. Jurisprudência do STF consolidada no sentido de ser idônea a prisão decretada para resguardo da ordem pública considerada a gravidade concreta dos crimes. Custódia cautelar justificada. 4. Paciente mãe de 2 filhos menores de 12 anos. No julgamento do HC coletivo (143.641/SP), a Segunda Turma do STF determinou a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar às mulheres encarceradas que estejam gestantes ou sejam mães de filhos menores de 12 anos, salvo quando se tratar de crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa, ou estejam em causa crimes praticados contra os próprios descendentes da agente ou quando as circunstâncias concretas desautorizarem a substituição. As peculiaridades do caso desautorizam o benefício pretendido. Ordem denegada. 5. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 6. Agravamento regimental desprovido." (HC 162.182-AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, julgado em 05/04/2019, DJe 15/04/2019; sem grifos no original.)

No presente caso, consoante já referido, a custódia preventiva foi baseada na necessidade de "*garantia da ordem pública, em razão da periculosidade social do agente, revelada pelas circunstâncias da prisão – informações de que a paciente e o seu companheiro distribuíam drogas pelos bairros Reolon e Mariani - , pela natureza deletéria da droga apreendida – cocaína - e pela quantidade do estupefaciente encontrado com a paciente – 130 buchas de cocaína - , o qual estava pronto para ser comercializado*" (fl. 170).

Ademais, consoante registrado no acórdão *a quo*, ao indeferir pedido de concessão de prisão domiciliar, a Magistrada de primeiro grau, assim se manifestou: "*(...) ciente de que Vanderléia possui um filho menor de doze anos, com onze anos de idade, ainda criança, o qual encontra-se na guarda paterna, já que Carlos encontra-se em liberdade, não havendo, aparentemente, maiores prejuízos para a família de Vanderléia, a manutenção da preventiva, já que a prisão domiciliar, nesta hipótese,*

parece inócua, quando o crime era praticado no interior da moradia familiar, com isso, mantida a preventiva" (fl. 167; sem grifos no original).

Não reputo, por conseguinte, presente o *fumus boni iuris* indispensável à tutela de urgência no que se refere à prisão domiciliar.

Dessa forma, apesar de a Acusada ser, de fato, mãe de um filho menor de 12 (doze) anos de idade, as circunstâncias acima referidas inviabilizam a substituição do encarceramento preventivo pelo domiciliar, nos termos dos precedentes desta Corte.

No mesmo diapasão:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO DOMICILIAR. PACIENTE MÃE DE CRIANÇAS MENORES DE 12 ANOS. SITUAÇÃO EXCEPCIONALÍSSIMA. VENDA DE DROGA NA RESIDÊNCIA, A DESPEITO DE BENEFICIADA COM PRISÃO DOMICILIAR ANTERIOR. PEDIDO DE EXTENSÃO. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICO-PROCESSUAL. PRISÃO PREVENTIVA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. RISCO DE REITERAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. O Supremo Tribunal Federal ao julgar Habeas Corpus coletivo n. 143.641/SP, de relatoria do Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, em 20/2/2018, concedeu comando geral para fins de cumprimento do art. 318, V, do Código de Processo Penal, em sua redação atual. No ponto, a orientação da Suprema Corte é no sentido de substituição da prisão preventiva pela domiciliar de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, nos termos do art. 2º do ECA e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências (Decreto Legislativo 186/2008 e Lei 13.146/2015), salvo as seguintes situações: crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício.

3. O art. 318-A do Código de Processo Penal, introduzido pela Lei n. 13.769/2018, estabelece um poder-dever para o juiz substituir a prisão preventiva por domiciliar de gestante, mãe de criança menor de 12 anos e mulher responsável por pessoa com deficiência, sempre que apresentada prova idônea do requisito estabelecido na norma (art. 318, parágrafo único), ressalvadas as exceções legais. Todavia, naquilo que a lei não regulou, o precedente da Suprema Corte deve continuar sendo

aplicado, pois uma interpretação restritiva da norma pode representar, em determinados casos, efetivo risco direto e indireto à criança ou ao deficiente, cuja proteção deve ser integral e prioritária.

4. No caso, entendo que se trata de situação excepcionalíssima. Isso porque a paciente já fora beneficiada anteriormente com a prisão domiciliar em processo diverso, no qual respondia pelos crimes de tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo. Não obstante, voltou, em tese, a delinquir, sendo flagrada com 65g de maconha e R\$ 750,00, em sua casa, local onde reside a menor.

5. O deferimento do pedido de extensão exige que o corréu esteja na mesma condição fático-processual daquele já beneficiado, a teor do artigo 580 do Código de Processo Penal, o que não se observa no presente caso. Ao contrário da corré beneficiada, a paciente ostenta maus antecedentes e, a despeito do anterior deferimento da prisão domiciliar, manteve a prática criminosa, no local de sua residência.

6. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

7. Hipótese na qual a prisão encontra-se suficientemente motivada pela necessidade de obstar a reiteração delitiva e pela evidente falta de propensão da paciente para assimilar a terapêutica penal. Manifesta, também, a insuficiência da aplicação de medidas mais brandas.

8. O entendimento desta Corte é assente no sentido de que, estando presentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes para afastá-la.

9. Ordem não conhecida." (HC 477.179/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 29/03/2019.)

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA SENTENÇA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. HC COLETIVO N. 143.641 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. ORDEM DENEGADA.

1. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas - e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a

decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos do art. 282, I e II, c/c o art. 312, ambos do Código de Processo Penal.

2. O decisum que decretou a custódia preventiva evidenciou o fundado risco de reiteração delitiva da ré, ante os indícios de dedicação habitual ao tráfico de drogas, denotada pela quantidade de entorpecente (1.928 g de cocaína) e pelos petrechos para preparação e embalagem da droga, encontrados em sua residência, local em que foi flagrada.

3. O Supremo Tribunal Federal, nos autos do HC n. 143.641, em 20/2/2018, concedeu habeas corpus coletivo 'para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar - sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP - de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda [...], enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício'.

4. A novel legislação teve reflexos no Código de Processo Penal e imprimiu nova redação ao inciso IV do seu art. 318, além de acrescer-lhe os incisos V e VI. Tais mudanças encontram suporte no próprio fundamento que subjaz à Lei n. 13.257/2016, notadamente a garantia do desenvolvimento infantil integral, com o 'fortalecimento da família no exercício de sua função de cuidado e educação de seus filhos na primeira infância' (art. 14, § 1º).

5. O fato de a investigada comercializar entorpecentes em sua própria moradia, local onde foi apreendida quantidade relevante de cocaína (armazenada no guarda-roupas), além de outros petrechos comumente utilizados para o tráfico de drogas, evidencia o prognóstico de que a prisão domiciliar não impediria a prática de novas condutas delitivas no interior de sua casa, na presença dos filhos, um deles menor de 12 anos, circunstância que inviabiliza o acolhimento do pleito.

6. Ordem denegada." (HC 472.372/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 08/03/2019.)

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande

do Sul e ao Juízo de primeiro grau, com envio de cópia da decisão que decretou a custódia preventiva da Paciente, além de outros documentos eventualmente reputados úteis à compreensão da controvérsia, bem como da chave de acesso às informações processuais, caso a página eletrônica da Corte requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

